



o trabalhador
da CML

UMA GREVE GERAL HISTÓRICA!



A LUTA VAI CONTINUAR!

**Os trabalhadores
portugueses
não querem mais
este governo!**

**Somos contra as externalizações, concessões
ou privatizações**

Pág. 2

**Degradação insustentável das condições de saúde
e segurança no trabalho**

Pág. 5

Basta!

Após uma Greve Geral extraordinária, a única ilação para o governo de Passos e Portas face à vontade do povo e dos trabalhadores portugueses é arrepiar o caminho que insistem em percorrer ou apresentar a sua pronta demissão!

A luta ganha contornos gerais contra um governo e uma política que arrasa o país e empobrece dramaticamente a vida de milhares de famílias portuguesas. Os problemas da dívida e do défice das contas públicas não se resolve, muito pelo contrário, agrava-se! Fica inequivocamente demonstrado que a política materializada em austeridade sem “fim à vista” não resulta! Aliás, esta política é causa e geradora dos graves problemas económicos e sociais que se verificam no nosso país!

Por isso afirmamos repetidamente ao longo dos últimos meses que é necessário acabar com esta política e este governo antes que este governo e esta política acabem com o país!

No município de Lisboa a adesão dos trabalhadores da Câmara Municipal e das empresas municipais foi um facto facilmente constatado pelos inúmeros equipamentos e serviços encerrados ou a funcionar precariamente. Adesões de 95% a 100% nos quartéis dos Sapadores Bombeiros; adesões superiores a 95% nas garagens da remoção, com níveis gerais na limpeza urbana de mais de 80%! Teatros e equipamentos culturais encerrados, serviços da CML do Edifício do Campo Grande parados! Uma greve geral que fica para a história deste país, como sinónimo de combatividade e determinação dos trabalhadores, quer no município de Lisboa, quer de norte a sul do país!

A satisfação que retiramos da adesão esmagadora dos trabalhadores do município, não nos faz esquecer os problemas que temos que enfrentar e resolver. Na “nossa casa”, vivemos tempos de incerteza face a mais uma malfieira dos “partidos do arco do poder”. PS e PSD ao decidirem uma nova reorganização administrativa da cidade, decidem também, um conjunto de novas competências para as juntas de freguesia. Este novo cenário acarreta um mundo de dúvidas, insegurança e insatisfação por parte de milhares de trabalhadores da Câmara Municipal. O seu futuro está agora nas mãos do actual executivo chefiado por António Costa que pode, dentro de alguns meses, propor à Assembleia Municipal a transferência de um conjunto muito significativo de serviços públicos para as juntas de freguesia recém-criadas, no âmbito da delegação de competências discriminadas na Lei n.º 56/2012, publicada no passado dia 8 de novembro.

Contudo, esta eventual transferência (uma verdadeira externalização de serviços), nada observa em relação ao futuro dos respetivos trabalhadores, aponta contudo, a mobilidade especial ou quem sabe, a mobilidade geográfica.

Será esta a solução que a CML apresentará aos seus profissionais? Da parte do STML não existe qualquer dúvida acerca desta matéria. A única preocupação que nos move diz respeito à defesa dos postos de trabalho e dos interesses dos trabalhadores que poderão estar envolvidos neste processo.

Por outro lado, a CML continua a sua caminhada de desdém pelas condições de saúde e segurança no trabalho que afectam objetivamente o bem-estar profissional e pessoal dos trabalhadores do município de inúmeros serviços. A prática levada a cabo por este executivo, privilegia o desinvestimento e esvazia-



mento, criando argumentação, falaciosa obviamente, que justifica eventuais concessões, externalizações ou mesmo privatizações de serviços que são essenciais ao funcionamento da cidade e da própria autarquia além de limitar a prossecução do seu objectivo último, ou seja, a satisfação das necessidades e o bem-estar da população de Lisboa.

A filosofia neoliberal não é apenas uma evidência no seio dos membros do governo, é, igual e infelizmente, uma aparente obsessão no executivo camarário de maioria PS.

A luta contra a degradação das nossas condições de vida terá, inevitavelmente, que continuar! O brutal empurrão que a Greve Geral concedeu às lutas que se desenvolvem e se afirmam em todo o território nacional, dá-nos a confiança e a determinação necessárias para derrubarmos este governo. Continuaremos a dizer **Basta** até que as nossas aspirações sejam de facto levadas em conta! A onda de contestação continuará a crescer face a um retrocesso social, económico e civilizacional, perfeitamente inaceitável. ■



Uma Greve Geral ensurdecadora com milhões de trabalhadores a exigir a demissão do governo e a mudança de política!

Os trabalhadores e o povo português não querem mais este governo! Uma relação fácil de retirar após a excepcional adesão à Greve Geral do passado dia 14 de novembro.

Se razões não faltavam a este governo para arrear caminho, a resposta dada na greve geral por milhões de trabalhadores portugueses, do setor privado e do setor público, marcam determinante o futuro do governo bicéfalo de Passos e Portas. A saída é só uma e que seja pela porta dos fundos para não criar mais celeuma entre quem não tem mais paciência para esta gente, cujos epítetos se gastaram nos últimos meses face a tanta austeridade e mais austeridade.

A Greve Geral afirmou claramente que não aceitamos a destruição em curso no país, consubstanciada:

1. Na degradação das condições de vida e de trabalho da imensa maioria dos portugueses;
2. Na negação inconstitucional das funções sociais do Estado, como se o texto plasmado na Lei máxima de Portugal fosse composto de letra morta, possível de ignorar, desvalorizar e desprezar;
3. Numa política que promove o desemprego de mais de 1 milhão e quatrocentos mil seres humanos;
4. Numa política que banaliza a precariedade, como se de algo trivial se tratasse não saber o que nos reserva o futuro;
5. Numa política que generaliza os baixos salários como um mal que vem por bem, como se o principal nas nossas vidas se resumisse a respirar e procriar, já que a mão-de-obra, essa, será sempre necessária!

A Greve Geral foi contra todas estas malfetorias, mas foi muito mais! Foi contra a política de direita que há 36 anos corrói o país, destruindo o seu aparelho produtivo; criando dependências externas inaceitáveis; défices colossais; benefícios e privilégios para uma minoria cada vez mais reduzida e sacrifícios intoleráveis para a imensa maioria, além de hipotecar sem qualquer pudor e sempre com muitos euros à mistura para os bolsos de uns poucos, a soberania e a independência nacional.

A Greve Geral foi igualmente contra as teses das inevitabilidades, do fim último que é a política sistemática de austeridade e na conformidade e passividade que nos exigem como obrigatória. Lutámos e fomos milhões, pelas propostas que de facto existem - as da CGTP-IN -, que são exequíveis, que são necessárias e urgentes de forma a evitar o afundamento deste país e das nossas vidas com ele. A Greve Geral foi isso tudo e muito mais!

No município de Lisboa, a Greve Geral fez-se sentir e fez-se ouvir! Serviços encerrados ou a meio-gás; equipamentos fechados, parados, em greve! Porque o motor que os faz trabalhar, os homens e mulheres que fazem a cidade de Lisboa aquilo que ela é, recusaram-se a pactuar com a política de um governo moribundo que lhes impõe uma regressão inaceitável na sua quali-



dade de vida! Mas não se ficaram por aqui! O sinal, evidentemente, também foi enviado para o presidente da autarquia e para o partido que o suporta, também ele, um dos co-responsáveis pela situação que o país atravessa ou não se tratasse de um dos "partidos do arco do poder", expressão que bem define quem nos lixa há mais de três décadas!

Foi uma adesão brutal que materializa as reivindicações que há muito o STML apresenta ao executivo de António Costa, nomeadamente, investimento humano e material em inúmeros serviços municipais à beira da ruptura; melhoria das condições de trabalho e respeito pelos imperativos legislativos na área da saúde, higiene e segurança no trabalho; defesa incondicional dos serviços públicos e da sua missão perante os lisboetas, negando a ingerência dos interesses privados em áreas de interesse público porque: O QUE É DE TODOS É PARA TODOS e a lógica do privado, do capital, serve apenas o seu próprio interesse e não olha a meios para atingir o seu principal propósito que, como todos sabemos, se resume ao lucro!

Exigimos que a CML cumpra o seu papel social perante os seus trabalhadores, mantendo sob sua alçada os refeitórios municipais, evitando parcerias público/privadas ou externalizações, não interessa de que tipo.

Exigimos e vamos continuar a exigir respeito por quem trabalha e dá o seu melhor todos os dias junto da população da cidade de Lisboa.

A Greve Geral foi tudo isto e temos a certeza que foi muito, muito mais! A Greve Geral ultrapassou fronteiras e foi até Espanha, Malta ou Chipre. Teve nesse dia milhões de trabalhadores nas ruas, belgas, franceses, alemães, gregos, britânicos, italianos e muitos, muitos outros! A Greve Geral foi um sinal ensurdecador! Quem não o quiser perceber, quem não o quiser ouvir, sentirá, mais tarde ou mais cedo, as consequências pela mão de um povo que não se rende!

A luta continua, porque o caminho, é só este e mais nenhum! ■

Finalmente fez-se justiça às reivindicações dos trabalhadores!

Após anos de persistência por parte deste sindicato, a CML, resolveu finalmente posicionar corretamente e pagar os respetivos retroativos aos cerca de 200 trabalhadores que se encontravam nesta situação.

Como o STML sempre disse, os trabalhadores que em 2009 tinham sido avaliados com Excelente e Muito Bom, atingindo os 10 pontos necessários para a subida obrigatória de posição remuneratória, tinham todo o direito a essa atualização salarial desde janeiro de 2010. Este problema arrastava-se com nítido prejuízo para os respetivos trabalhadores, num processo “kafkiano”, em que o único contributo dos trabalhadores foi terem sido considerados pelas suas chefias merecedores de Excelente ou Muito Bom. Avaliações estas, confirmadas pelo Conselho Coordenador de Avaliação em março de 2011, ou seja, com um ano de atraso em relação ao que a aplicação do SIADAP, prevê.

É aqui que começa a saga! A vereadora dos Recursos Humanos assusta-se com uma circular do Ministério das Finanças, que proibia a subida de vencimentos em 2011. Como o STML prontamente alertou, uma circular das finanças não é lei e a su-

bida de vencimento destes trabalhadores, referia-se a um ato do início de 2010. Depois de muita insistência nossa e de vários pedidos de esclarecimento a diversos organismos estatais por parte dos Recursos Humanos da CML, chegou finalmente a resposta óbvia por parte da Secretaria de Estado da Administração Pública, isto é, os trabalhadores têm direito à subida de posição remuneratória desde janeiro de 2010. A atualização salarial ocorreu com o vencimento de outubro, comprometendo-se a DMRH a pagar os respetivos retroativos até final deste ano.

Finalmente foi feita justiça! Apesar de todos os responsáveis da CML, a quem colocámos a questão, considerarem a situação injusta, não havia coragem para assumirem a resolução deste problema. O STML tinha já há algum tempo uma ação preparada para interpor em tribunal, pois não podíamos aceitar que fossem os trabalhadores a pagarem os erros e mal entendidos da CML e a que são completamente alheios.

Lutar com persistência e determinação vale a pena! A história demonstra-nos esta teoria na prática, mais uma vez! ■

Investimento em GPS vs desinvestimento em condições mínimas de segurança nas viaturas pesadas de remoção?

Tivemos conhecimento que todas as viaturas pesadas da Câmara Municipal de Lisboa, foram equipadas com sistemas de GPS, medida esta que se estenderá a todas as viaturas do Município. A CML tem todo o direito e o dever de saber onde andam as suas viaturas, quanto a isso nada a dizer. Contudo, temos algumas dúvidas face à necessidade desta despesa numa altura em que a falta de dinheiro é o argumento apresentado para não responder positivamente a várias reivindicações dos trabalhadores. Pelo que sabemos, uma boa parte dos carros de remoção já possuía um sistema de localização incorporado. Podia não ser tão sofisticado, mas dava para executar a função de saber onde parava a frota.

O sistema agora instalado teve um custo de algumas centenas de milhar de euros, para além de um contrato com uma operadora que implica o pagamento duma renda mensal. Desconhecemos o valor em causa, mas seguramente não será de desvalorizar. O assunto que se deve questionar é se este era o investimento que este setor mais necessitava neste momento? Acha-mos que não!

Queixam-se os trabalhadores de que as viaturas circulam com pneus gastos e, quando é solicitada a sua substituição, a resposta é não, por não haver disponibilidade destes consumíveis. Obviamente, esta situação coloca em perigo os nossos condutores e os transeuntes da cidade de Lisboa.

Viaturas que são entregues à oficina do DRMM, para pequenas reparações, lâmpadas para faróis ou calces de travões, por exemplo, ou voltam sem ser reparadas ou são reparadas fora (a famigerada política de externalizações), por não existirem peças em armazém. Por outro lado, verifica-se uma total desconsideração no que diz respeito aos problemas de condições de Saúde

e Segurança no Trabalho. O STML tem denunciado incessantemente um conjunto de carências e atrasos, que não são resolvidos por falta de verba, como é o caso da reparação dos balneários da garagem de Olivais 3 e das oficinas do DRMM/garagem de Olivais 2, ou da instalação elétrica apropriada para reparação das viaturas a gás. Reparções estimadas num valor bem inferior ao custo dos GPS.

Este comportamento por parte do município, não é novidade, pois as prioridades deste executivo não são propriamente as condições de trabalho de quem mantém a cidade. Mas se um dia destes alguma destas viaturas ficar sem travões ou rebentar um pneu, poderá ser facilmente localizada, pois está equipada com um sistema de localização topo de gama! ■



Será proibido na CML ter um acidente de trabalho?
Terá um trabalhador acidentado sofrer duplamente, face os imprevistos da vida?
Para os responsáveis municipais, assim parece...



Sinistrados de trabalho

As promessas dos responsáveis municipais

Nos últimos tempos têm chegado ao STML várias queixas sobre o mau funcionamento dos serviços da medicina do trabalho, sobretudo do acompanhamento dos sinistrados de trabalho e das metodologias para a recuperação dos mesmos.

Percebendo o STML que a maioria destas reclamações, advêm de critérios unicamente económicos, que se sobrepõem às necessidades impreteríveis dos respectivos tratamentos, tal como temos denunciado num passado recente, solicitámos uma reunião com a Direcção de Recursos Humanos, no sentido de identificar e procurar soluções para os problemas que entretanto se avolumam entre os sinistrados do trabalho.

Esta reunião foi realizada no dia 26 de outubro e, por motivos imprevistos, não contou com a presença da diretora Municipal, tendo contudo, a presença do diretor do DSHS, Dr. Nuno Prata.

O STML apresentou diversos problemas relacionados com a falta de resposta às reclamações que os sinistrados têm efetuado. Nos poucos casos em que tal se verifica, as respostas e estas reclamações carecem de fundamentação apropriada e entendível.

Foi transmitido, ainda, que algumas vezes terá ocorrido o estranho facto que envolve os sinistrados no seu legítimo **direito de reclamação**, e nos instrumentos que lhes são facultados para esse efeito, concretamente, uma folha em branco em vez do habitual livro de reclamações. O diretor do DSHS respondeu que irá averiguar tais ocorrências e providenciar as medidas necessárias no sentido de evitar esta prática. A ver vamos...

Sobre as questões de mau funcionamento no acompanhamento e encaminhamento para tratamento dos sinistrados, o diretor afirmou ter conhecimento de problemas nesta temática e que estão identificados. Afirmou ainda, que está em início um processo de reestruturação dos serviços no sentido de alterar, melhorar e acelerar determinados procedimentos. Veremos que

o irá sair de concreto deste plano de boas intenções que, por enquanto, não passa disso mesmo.

Sobre os **atrasos nos reembolsos por despesas** que os sinistrados suportam, o diretor anunciou que tem uma proposta de introduzir um conjunto de regras que permitam que estes reembolsos sejam feitos no tempo máximo de 1 mês. Esperamos assim (mas não muito tempo certamente), que estas novas regras entrem em vigor e tenham efeitos práticos, o quanto antes.

Sobre o **horário de funcionamento da secretaria**, que fecha para almoço e algumas vezes tem ocorrido que os sinistrados saem das consultas com documentação para entregar na mesma e têm que esperar que reabra, o diretor ficou de estudar uma solução para que tal não aconteça.

O STML alertou ainda, o facto de não estar a ser cumprido um preceito legal que obriga a CML a fornecer o **boletim de acompanhamento ao sinistrado**.

O diretor anunciou a intenção de separar as juntas médicas internas da medicina do trabalho no sentido de lhes conferir maior independência e isenção na avaliação que faz, além de criar um atendimento mais célere junto do sinistrado. Sobre esta última medida, o STML apresentou alguma reserva sobre uma eventual desumanização do atendimento ao sinistrado, já que sobe o pretexto de ser rápido o médico pode nem receber o doente.

O STML propôs ainda a elaboração de um **guia para o sinistrado**, que lhe permita conhecer melhor os seus direitos e deveres e os procedimentos práticos e burocráticos adoptados no Departamento de Saúde, Higiene e Segurança.

O STML continuará a acompanhar a situação dos sinistrados de trabalho, além dos procedimentos implícitos à introdução destas medidas, esperando que as mesmas venham no sentido de melhorar o atendimento e acompanhamento destes trabalhadores que, por infortúnio, se vêm nesta condição. ■

Não aceitamos a destruição dos

Refeitórios Municipais!

**Contra os planos
mal disfarçados
da CML
para a sua
privatização!**



Contra o esvaziamento e destruição dos refeitórios municipais

Os refeitórios municipais têm-se revelado nos últimos anos como uma componente essencial no bem-estar dos trabalhadores e trabalhadores aposentados da Câmara Municipal de Lisboa.

O aprofundamento da crise económico-social, tem materializado um aumento evidente no recurso de um maior número de trabalhadores aos refeitórios onde podem e devem usufruir de uma refeição de qualidade e a preços acessíveis.

Nos últimos meses tem-se verificado um conjunto de movimentações por parte dos serviços responsáveis por estes equipamentos, que não auguram nada de positivo para quem almoça diariamente nos diversos refeitórios municipais ainda existentes. Criticamos as seguintes situações:

1. Visitas de empresas privadas a vários refeitórios, perspectivando a sua entrada na gestão e operacionalização destes equipamentos.
2. Encerramento, mesmo que pontual, de refeitórios por falta de cozinheiras. É paradigmático o caso do refeitório do Cemitério da Ajuda.

3. Diminuição do número de pratos confeccionados à disposição dos utilizadores dos refeitórios, passando de 3 para 2 e, em alguns casos, de 3 para 1. Estas decisões consubstanciam uma estratégia errada e penalizadora que agrava indubitavelmente as condições de vida dos trabalhadores da CML, sem esquecer o aumento do preço da refeição de € 3,80 para € 4,10, num aumento de 7,9%.

Não podemos aceitar ainda, que os muitos e graves problemas que atualmente existem estejam na base de estudos e projetos que mais não visam do que esvaziar e criar as condições objetivas para a entrega ao sector privado de um serviço social de elevada importância. Um serviço que deve ser da competência e responsabilidade exclusiva da Câmara Municipal.

Neste sentido, o STML tem reivindicado perante os responsáveis máximos por esta autarquia a intervenção urgente visando os seguintes objetivos:

- O desenvolvimento dos procedimentos necessários visando o investimento, em meios humanos e materiais, indispensáveis ao fun-**

cionamento e operacionalização dos refeitórios.

- O reforço do número de cozinheiras em todos os refeitórios municipais!**

- A melhoria das condições das cozinheiras na área da saúde e segurança no trabalho!**

- A reposição de três (3) pratos, concretamente, o prato principal, alternativa e dieta.**

- A gestão e manutenção dos refeitórios municipais sob a alçada exclusiva da CML!**

Caso a CML não demonstre uma vontade séria e honesta em resolver os problemas agora denunciados, o STML e os trabalhadores desenvolverão as formas de luta que considerarem oportunas e convenientes.

Já não basta a política que é emanada do governo, ainda temos que aturar o cinismo de indivíduos, que vêem os trabalhadores como meros números ou peças de decoração possíveis de descartar em qualquer momento. A nossa oposição a este tipo de estratégias e concepções é um dado adquirido! ■

Limpeza Urbana

A luta por condições de saúde e segurança no trabalho não irá parar até à resolução dos problemas que hoje afetam milhares de trabalhadores!

Com a desculpa da crise como pano de fundo, a Câmara Municipal de Lisboa continua a protelar a implementação de medidas urgentes no que respeita à segurança e saúde no trabalho na CML.

Recordamos que face à crescente degradação das condições de segurança de muitos locais de trabalho e à constante falta de Equipamentos de Protecção Individual e mesmo de ferramentas de trabalho adequadas, os trabalhadores da Limpeza Urbana realizaram um plenário nos Paços de Concelho no dia 1 de outubro, seguido de Manifestação que se dirigiu ao Gabinete da Presidência, no Largo do Intendente.

Mais uma vez reafirmaram a sua disposição de lutar por condições de segurança e trouxeram a público a defesa dos serviços municipais de Limpeza Urbana ameaçados que estão, com o constante desinvestimento no plano material (mas também humano) associado às alterações legislativas das competências nesta área. Todavia, os problemas na área da saúde e segurança no trabalho, verificam-se noutros sectores do Município onde se trabalha num ambiente de perigo iminente.

É o caso da **Brigada dos Calceteiros** da Rua do Saco, cujas instalações correm o sério perigo da derrocada do prédio confinante e em que a instalação eléctrica nos balneários está a descoberto, isto apesar da permanente reclamação dos trabalhadores.

Ou o caso dos trabalhadores do **Parque Infantil do Alvito** onde os vestiários e balneários estão em situação de derrocada iminente sem contudo os responsáveis tomarem medidas para salvar os trabalhadores.

Ou o caso dos trabalhadores do **Jardim do Campo Grande** que há vários anos esperam a recuperação do edificado e se vêm amontoados em contentores que há muito perderam condições, e cujo refeitório também corre o risco de derrocada.

Ou ainda o caso do **Complexo da Cruz das Oliveiras** e da **Estação de Monsanto da 1.ª Companhia do Regimento de Sapadores Bombeiros** que há anos reclamam de um esgoto a céu

aberto que lhes corre à porta, tornando insuportável a permanência dos trabalhadores nestas instalações pelo cheiro nauseabundo que se faz sentir.

Entre muito outros exemplos, não é por demais destacar pela negativa a inércia da CML em resolver os problemas que afetam os trabalhadores da **Brigada de Coletores**, já muitas vezes denunciados por este sindicato, mas sempre ignorados pelos responsáveis máximas desta autarquia. Verifica-se incompreensivelmente a falta de uma cantina ou local adequado para os trabalhadores poderem almoçar condignamente; a falta de mesas e cadeiras que os obriga muitas vezes a almoçar de pé num local sem o mínimo de condições; a ausência de equipamentos adequados onde possam aquecer as suas refeições; ou as velhas ferramentas e equipamentos de protecção individual que obrigam estes operários à labuta em condições precárias e num ambiente de extrema perigosidade para a sua integridade física.

Podíamos referir muitos mais exemplos, contudo, o que é evidente, é que no Município se assiste ao degradar das condições de segurança e saúde, tornando-se fundamental que os trabalhadores exerçam os seus direitos neste domínio, denunciando e exigindo a resolução imediata dos problemas que, impreterivelmente, lhes afetam o bem-estar profissional e pessoal.

Infelizmente, numa altura que existe um desinvestimento e uma desatenção a roçar o criminoso por parte do poder político, cresce também as reclamações e o mal-estar por parte dos sinistrados e doentes profissionais face ao evoluir dos serviços da medicina do trabalho.

Materializando uma espécie de memorando à maneira lisboeta, o atual executivo implementa uma política que se tem revelado nefasta para os interesses dos trabalhadores e ao próprio funcionamento dos serviços municipais, demonstrando uma inaceitável insensibilidade e desprezo por quem põe Lisboa a trabalhar.

Da parte do STML não terá qualquer apoio neste caminho, cujo resultado é óbvio para quem sabe ver e ouvir. ■





Os trabalhadores das oficinas do DRMM não desistem da luta pelo Direito ao Trabalho!

Dezenas de trabalhadores das oficinas do DRMM, situadas no Complexo Municipal dos Olivais II, concentraram-se em plenário junto ao refeitório deste local de trabalho, no passado dia 12 de outubro.

Os problemas mais uma vez denunciados, prendem-se com a falta de condições materiais, a degradação das condições de trabalho e o abandono a que foram sujeitos pelos responsáveis máximos da autarquia que insistem em aprofundar uma política de desinvestimento e esvaziamento que, a médio /longo prazo pode significar o encerramento destas oficinas com a consequente extinção de dezenas de postos de trabalho.

A luta pelo direito ao trabalho é o principal móbil para estes trabalhadores e para o seu sindicato. As oficinas do DRMM têm uma longa e rica história associada a um serviço de qualidade superior, reconhecido e louvado por todos, mesmo por aqueles que hoje pactuam na sua lenta destruição.

Indissociável a esta constatação é o profissionalismo e a dedicação dos operários, muitos deles altamente especializados, que deram e continuam a dar

corpo a um serviço essencial para o bom funcionamento da Câmara Municipal perante a cidade e a população de Lisboa.

O plenário do dia 12 de outubro teve uma importância acrescida face à acção desenvolvida pela CGTP-IN ao longo de uma semana, concretamente a **Marcha Contra o Desemprego** que correu o país de norte a sul no período de 5 a 13 de outubro. No dia 12 como já referido, os trabalhadores e trabalhadores desempregados que constituíam a coluna norte, vinda de Braga, concentrou-se na Gare do Oriente e marcharam em direcção à TAP. Pelo caminho foram recebidos entusiasticamente pelos trabalhadores das oficinas do DRMM. Num encontro organizado entre o STML e a USL/CGTP-IN que inclusive chegou a parar o trânsito na avenida Infante D. Henrique, foi demonstrada a unidade de quem trabalha, face aos problemas que muitas vezes se assemelham considerando a sua origem, ou não fossem os trabalhadores e o mundo do trabalho o alvo privilegiado da famigerada política de direita e do governo.

O Direito ao Trabalho foi a reivindicação comum que uniu as centenas de tra-

balhadores que, frente a frente, gritaram bem alto: **A luta continua, nos serviços e na rua! O Trabalho é um Direito, sem ele nada feito!**

É preciso dizer **Basta!** aos defensores e executores da política que nos impõe o empobrecimento acelerado e coloca em risco o nosso posto de trabalho e o nosso futuro, seja dos Passos e Portas, seja dos Costas e dos Zés que afinal, não fazem cá falta nenhuma!

A luta, impreterivelmente, teve que continuar! Assim ficou demonstrado nos dias 13 e 31 de outubro, ou ainda, na extraordinária adesão à Greve Geral do dia 14 de novembro. O futuro somos nós que o construímos, na luta e na unidade de todos os trabalhadores.

Para os trabalhadores das oficinas do DRMM, continuaremos a trabalhar em defesa do serviço público de qualidade e na incondicional exigência do respeito pelas condições de trabalho, sendo indispensável, por parte da CML, o investimento urgente no plano material e humano que garanta o bom funcionamento destes serviços. Não desistimos, não baixamos os braços! ■

Vazio hierárquico/Vazio de poder

O Regimento de Sapadores Bombeiros (RSB), à imagem de outras instituições, rege-se por uma organização hierárquica semelhante à militar. O que significa que existe uma graduação das diversas categorias de funcionários e uma distribuição ordenada de poderes, permitindo conforme a categoria, deliberar, agir e mandar. No fundo, define funções e tarefas, influenciando dessa forma o desempenho e a gestão da instituição.

Desde há séculos que o RSB tem recolhido a simpatia dos munícipes de Lisboa e o reconhecimento por parte de todos os restantes corpos de bombeiros do país, pelo profissionalismo, determinação e empenho dos seus operacionais, o que em muito se deve ao modelo de organização que adotou.

Este modelo de organização está neste momento posto em causa pelas medidas restritivas e economicistas, que este governo PSD/CDS está a levar a cabo, ao não permitir que se efetuem concursos de promoções. Desta forma, será inevitável o caos e a anarquia que começa já a surgir e mesmo alguns tiques de totalitarismo por parte de um ou outro elemento.

A crise começou por ser global, passou a continental e teima em ser territorial. E essa teimosia é da exclusiva responsabilidade do atual governo PSD/CDS, mas também da alternância que se vem verificando à mais de 30 anos entre os partidos do chamado arco do poder, PSD e PS, com pequenos contributos aqui e ali do CDS, que vem estrangulando a economia do país e levando à falência milhares de empresas, onde se incluem obviamente as autarquias.

Mas a crise não justifica tudo, como tal não pode o atual executivo camarário, sacudir a água do capote ilibando-se das suas responsabilidades, pois tem sido a inaptidão dos responsáveis políticos nos últimos anos, que levou a que o RSB se encontre na atual situação. Com problemas de vária ordem, como sejam a falta de equipamentos, os fardamentos, as viaturas, a falta de manutenção dos quartéis e um problema que urge resolver, o vazio hierárquico, que se agrava de dia para dia.

Não é benéfico para ninguém ter uma instituição que caminha a passos largos para uma rotura de chefias, e a conseqüente desordem e indisciplina. É da responsabilidade da autarquia evitar que esta situação se eternize, caso contrário e a muito curto prazo, o regimento passará por uma situação inédita nos seus mais de seis séculos de história, a anarquia, à qual não poderá deixar de estar associada, o atual executivo.

Não é aceitável nem produtora que em todas as categorias de funcionários ou postos, estejam elementos da categoria ou posto inferior, que não receberam a formação necessária para desempenhar essa mesma função. Estas situações são caóticas, criam mal-estar, e a inevitável desmotivação de quem legitimamente criou expectativas de carreira.

Face a esta situação, o actual executivo camarário deve enviar todos os esforços para não defraudar as expectativas que os munícipes depositam nos profissionais do RSB e na própria instituição, Regimento, como tal, deverá pressionar o governo de forma a encontrar soluções, para, no mais curto espaço de tempo, resolver esta situação que começa a ser insustentável. ■



ADESÃO À GREVE GERAL

Hora: 20H00 - 6H00

Local Trabalho		Nº Trab.	Greve	%
1.ª Companhia	Seco da 1.ª Companhia Comarca - Av. Dom Carlos I	20	20	100%
2.ª Companhia	Seco 2.ª Companhia - Rua Filipe Elísio (Alto Santo Amaro)	22	20	91%
3.ª Companhia	Seco da 3.ª Companhia - Av. Rio de Janeiro	23	17	74%
4.ª Companhia	Seco da 4.ª Companhia - Largo da Graça	22	20	91%
CIE	Seco da CIE - Av. Dr. José do Espírito Santo (Olivais)	28	28	100%
ANA		10	0	0%
Central Telefónica		5	4	80%
TOTAL		130	100	84%

Hora: 8H00 - 20H00

Local Trabalho		Nº Trab.	Greve	%
1.ª Companhia	Seco da 1.ª Companhia Comarca - Av. Dom Carlos I	23	22	96%
2.ª Companhia	Seco 2.ª Companhia - Rua Filipe Elísio (Alto Santo Amaro)	28	28	100%
3.ª Companhia	Seco da 3.ª Companhia - Av. Rio de Janeiro	25	25	100%
4.ª Companhia	Seco da 4.ª Companhia - Largo da Graça	22	21	96%
CIE	Seco da CIE - Av. Dr. José do Espírito Santo (Olivais)	30	30	100%
ANA		10	0	0%
Central Telefónica		8	5	63%
TOTAL		143	130	91%

Uma peça monstruosa de ataque aos trabalhadores da Administração Pública!

Sintetizamos aqui as medidas que o Orçamento do Estado, aprovado na generalidade pelo PSD/CDS-PP, no passado dia 31 de outubro, consubstancia contra os trabalhadores da Administração Pública

Pensão e condições de aposentação

Alteração da fórmula de cálculo da pensão de aposentação - o governo, ao introduzir alterações à fórmula de cálculo da pensão relativa ao tempo de serviço que o trabalhador prestou até ao fim de 2005, pretende agora, roubar em **média, entre 50 e 70€ no valor da aposentação**. Além disso, define já para 2013, a idade de aposentação para 65 anos, incluindo as carreiras especiais.

Roubo nos subsídios de férias e de Natal

O Governo diz que vai “devolver” um dos subsídios roubados em 2012. Temos de desmistificar esta ideia. O Governo apenas devolveria subsídios se restituísse os valores roubados em 2012. Além de nada devolver, paga em duodécimos apenas o subsídio de Natal (1,1 aos aposentados e 1 aos trabalhadores) e rouba o subsídio de férias. Pagando em duodécimos vai aumentar o valor mensal recebido, que vai ser roubado com a sobretaxa de IRS de 4% a aplicar mensalmente a todos os trabalhadores.

Isto é, o roubo dos subsídios mantêm-se e até se agrava!

Roubo nos salários

Além do **congelamento dos aumentos salariais e da**



progressão nas carreiras, a diminuição do número de escalões de IRS vai provocar diminuições inaceitáveis nos salários reais de todos os trabalhadores.

Por exemplo, **os impostos aumentam 124% no caso de solteiros sem dependentes, e 74% no caso de casais com um dependente**. Um roubo de dezenas e centenas de euros por mês.

O Governo alarga o roubo ao **reduzir o pagamento do trabalho extraordinário para 1/4 do seu valor, além de reduzir as situações de obrigatoriedade no pagamento de ajudas de custo e o seu valor.**

Despedimentos

O Governo **anunciou o despedimento de mais de 50.000 contratados** na Administração Central. Mas o governo já anunciou que pode ter de vir a alargar esse número e é de lembrar que, com a destruição do vínculo público, **TODOS SOMOS CONTRATADOS A PRAZO!**



Destruição dos direitos laborais dos trabalhadores da Administração Pública

Com a **adaptabilidade** (individual e grupal) e o **banco de horas** (individual e grupal) o Governo pode desregular por completo a vida familiar e profissional do trabalhador e utilizar também estes meios como forma de repressão e chantagem.

Alarga a possibilidade da **mobilidade interna forçada** (sem acordo do trabalhador) para os concelhos confinantes das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e, nos restantes casos, também para os concelhos confinantes daquele onde o trabalhador presta serviço ou onde reside, até à distância de 60 Km.

Elimina o limite hoje existente, podendo impor deslocações que impliquem despesas mensais superiores a 8% da remuneração líquida mensal e que o tempo gasto nas deslocações exceda 25% do horário de trabalho (ou, excedendo-o, não ultrapasse o tempo gasto nas deslocações entre a residência e o local de trabalho).

A invocação de **prejuízo sério** é uma mera possibilidade (“os trabalhadores podem solicitar”) e, mesmo que tal prejuízo seja demonstrado, fica dependente da decisão da administração.

A compensação com “os encargos adicionais com deslocações em que o “trabalhador incorra” também não passa de uma possibilidade, a definir por despacho do membro do governo responsável pela área das finanças e da Administração Pública.

É ainda introduzida, a **mobilidade interna temporária forçada**, por um ano, com ajudas de custo, para qualquer ponto do território nacional.

Caducidade dos contratos a termo (indemnização por despedimento) - Redução do valor da compensação pela caducidade do contrato a termo (certo e incerto) de 24 ou 36 dias por ano, para apenas 20 dias, com limites que não existiam: 20 vezes o rendimento mínimo mensal garantido para

o valor da remuneração base mensal e 12 vezes (1 ano) a remuneração base mensal para o montante global da compensação.

Redução de 4 feriados, ou 5, se contarmos com o Carnaval. **Diminui para metade, ou o descanso compensatório ou o acréscimo remuneratório** (de 100% para 50%), relativo a trabalho prestado em dia feriado obrigatório, em órgão ou serviço legalmente dispensado de suspender o trabalho nesse dia.

Destruição dos direitos sociais

No **subsídio de desemprego**, o Governo rouba mais 6% - cerca de 150 mil desempregados recebem o valor mínimo e mais de metade dos desempregados não tem qualquer subsídio (nem subsídio de desemprego inicial, subsequente ou subsídio social de desemprego). A redução dos montantes do subsídio social de desemprego que passa a ser de € 377,29 para beneficiários com agregado familiar, e de € 301,83 para beneficiários isolados.

No rendimento social de inserção, o Governo rouba mais 6% - uma nova descida do valor desta prestação, **que passa a fixar-se nos € 178,00** (contra os € 189,5 estabelecidos em agosto último). O valor médio da prestação paga a cada agregado familiar, no mês de outubro, foi de € 239,06, ou seja, um montante médio pago por beneficiário de € 88.79.

No Complemento Solidário para idosos, o Governo rouba mais 2,6% - cerca de 250 mil idosos recebem esta prestação para garantir um limiar mínimo de dignidade.

Como se vê, este Orçamento é um roubo organizado aos trabalhadores, aposentados e reformados e à juventude do nosso país.

É por isso urgente uma política diferente, só possível com um Governo diferente! ■

A luta saiu à rua assim que o governo anunciou as medidas extremamente negativas do OE para 2013

Após uma grandiosa resposta dos trabalhadores e do povo português na acção convocada pela CGTP-IN que encheu o Terreiro do Paço, no dia 29 de setembro, o Conselho Nacional da nossa central sindical reunida dias depois (a 3 de outubro), com o propósito de discutir e definir o passo seguinte na luta que era urgente desenvolver, decide convocar para 14 de novembro uma Greve Geral contra as medidas que o governo quer levar avante consubstanciadas na proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2013.

Todavia, face ao momento de extrema gravidade que atravessava (e ainda atravessa) o nosso país e as famílias portuguesas, resultado único e exclusivo da política de direita deste famigerado governo, a União dos Sindicatos de Lisboa (USL) decide realizar no dia 4 de outubro uma acção de protesto junto à Residência Oficial do 1.º Ministro.

O objetivo deste protesto foi evidentemente demonstrar de forma inequívoca perante o responsável máximo deste governo que os trabalhadores não aceitam a eternização e institucionalização da política de austeridade como solução para uma crise que tem origem no sector financeiro.

Aliás, é paradigmático que os grandes bancos privados portugueses continuem a angariar lucros fabulosos, mesmo num cenário de profunda crise económica e social. Afinal, sempre é verdade que a crise não é para todos! Mas isso, já todos sabíamos...

Contudo, são os mesmos bancos, através dos seus respetivos presidentes que diariamente surgem nos principais órgãos de comunicação social com declarações que sugerem ao governo a implementação de mais e mais medidas de “contenção ou mesmo redução salarial”, ou a “essencial revisão constitucional” que tire o país da “ditadura da constituição” ou que “os portugueses ainda aguentam mais sacrifícios”. Descaramento não falta a estes abutres, é preciso acrescentar!

O governo de Passos e Portas, como alunos obedientes e responsáveis, não hesitam em criar um brutal aumento de impostos, atacar as funções sociais do Estado e, claro está, criar as condições para negar Direitos Constitucionais aos portugueses como o Direito à saúde, à educação, ou à proteção social. Funções sociais que são suportados por todos os trabalhadores portugueses através dos seus descontos e do pagamento de impostos! Nada nos é dado, somos todos



nós que pagamos, proporcionalmente aos nossos rendimentos, o direito a ter saúde, educação para os nossos filhos e netos, protecção social quando estamos doentes e é preciso recorrer a uma baixa médica ou quando simplesmente nos aposentamos ou reformamos. O Estado social é isto mesmo, é a solidariedade intergeracional, é a responsabilidade colectiva pelo bem-estar comum, neste caso da sociedade portuguesa que comporta todos e deve funcionar para todos, independentemente do rendimento que cada um auferir.

Podemos com certeza afirmar que as medidas que aí estão na proposta de Orçamento do Estado são de facto inconstitucionais! Caso contrário, não se entenderia a urgência destes senhores do fraque em rever ou mesmo destruir a Lei máxima

deste país e que muito os incomoda. Falamos obviamente, da **Constituição da República Portuguesa, conquista maior da revolução do 25 de Abril de 1974.**

No dia 4 de outubro, os dirigentes e delegados sindicais do STML participaram na acção convocada pela USL/CGTP-IN e, como em tantas outras ocasiões, fizeram ouvir bem alto o seu protesto.

A CGTP-IN tem propostas que evitam a degradação irreversível das nossas condições de vida e de trabalho. Falta agora obrigar o governo a considera-las ou, caso isto se verifique impossível, obrigar o governo a ir embora, porque torna-se cada vez mais óbvio que já estão a mais! Para os trabalhadores e para o povo em geral, o caminho que resta a Passos, Portas, Gaspar e afins, é só e apenas um! ■



A Marcha Contra o Desemprego agita e mobiliza!

De 5 a 13 de outubro Portugal assistiu - e a generalidade da Comunicação Social ignorou - a uma poderosa acção de protesto, mobilização e luta, a Marcha contra o Desemprego, organizada e promovida pela CGTP-IN. Com início no dia 5 em Braga e em Faro, duas colunas de trabalhadores e trabalhadores desempregados marcharam para Lisboa com a determinação que nasce da consciência que é lutando que se lá vai!

Apesar da censura informativa, as cidades e vilas por onde passou a Marcha são testemunha da solidariedade activa das populações e de muitas instituições à luta contra este tremendo flagelo social que o Governo, o patronato e os comentadores do sistema teimam em considerar de "inevitável" mas que é, como todos sabemos, o resultado precisamente das medidas de austeridade que aprofundam a crise económica e social que se vive no nosso país.

Longe de se intimidarem com os mecanismos que procuram "criminalizar" os desempregados - o insultuoso argumento de "não incentivar a dependência do subsídio" para justificar os cortes no subsídio de desemprego, cada vez mais os desempregados entram em luta e, nisso, sabem que podem contar com a CGTP-IN e os sindicatos seus filiados.

Na passagem pelo Complexo Municipal dos Olivais II, no dia 12 de outubro, a Marcha foi recebida pelo plenário dos trabalhadores da DRMM que saíram à rua. O delegado sindical do DRMM leu uma saudação do STML aos participantes nesta iniciativa que, a certa altura, afirma:

«A Marcha do Desemprego que pela sua essência, não visa apenas alertar para os problemas dos desempregados, mas tem também como objetivo defender e denunciar locais de trabalho onde pairam as tentativas de lançar trabalhadores no desemprego. Como verificamos no dia-a-dia, também a CML procura livrar-se de trabalhadores, quer ao cumprir as diretivas de redução de pessoal resultante do pacto de agressão (...).» E conclui: *«O Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa saúda a Marcha do Desemprego, à passagem pelo Complexo de Olivais II, reafirmando que a vossa luta é a luta de todos e que pela força da Luta têm de se derrotar estas políticas de direita e construir um futuro melhor para o nosso país.»*

Foi com esta determinação, solidariedade e unidade na ação que afirmamos o sucesso da Marcha Contra o Desemprego, como uma extraordinária iniciativa que alertou, informou e mobilizou os portugueses de norte a sul do país contra a

política de direita e o governo que hoje lhe dá corpo, responsáveis máximos pelo estado calamitoso do país e pela situação dramática de milhares de famílias portuguesas.

As soluções existem, lutámos e continuaremos a lutar pela sua implementação! ■

No dia 13 de outubro, numa grande manifestação, milhares de trabalhadores e trabalhadores desempregados, partiram do Cais do Sodré (coluna sul) e da Alameda (coluna norte) com destino à Assembleia da República, terminando esta iniciativa (mas não a luta) que se revelou de uma extraordinária determinação e confiança.

O STML valoriza a participação de todos os trabalhadores, dirigentes e delegados sindicais do município de Lisboa que contribuíram, nas várias formas possíveis, para o sucesso da Marcha Contra o Desemprego. A luta continua! ■

A luta saiu à rua no dia da votação na generalidade do OE 2013 na acção convocada pela FCSAP / CGTP-IN

Realizou-se, no passado dia 31 de outubro, uma manifestação da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP), demonstrando assim o “chumbo” dos trabalhadores ao Orçamento do Estado para 2013.

Correspondendo à convocatória para a concentração na Assembleia da República, feita pela CGTP-IN, para contestar a votação e aprovação na generalidade, pelos partidos da maioria PSD / CDS-PP do OE 2013, a FCSAP, que o STML integra, decidiu realizar uma manifestação, considerando que os trabalhadores da administração pública continuam a ser os primeiros alvos da política terrorista deste governo.

A manifestação teve início no Marquês de Pombal, seguindo para São Bento, onde se juntou à concentração em frente à Assembleia da República. Era visível a revolta dos trabalhadores, que compreendem que as medidas que constam da Lei do OE 2013, têm como objectivo o favorecimento do capital nacional e estrangeiro em detrimento dos rendimentos do mundo do trabalho, reduzindo brutalmente os salários, os direitos laborais e a existência dos serviços públicos, pondo em causa os postos de trabalho de milha-

res de homens e mulheres deste país.

Este orçamento, pauta-se pelo aprofundamento das medidas que têm levado Portugal à miséria, tornando-o mais desigual, mais injusto e de futuro incerto para o povo português.

Este OE tem uma marca ideológica de classe, eliminando direitos conquistados em Abril de 1974, embaratecendo o custo do trabalho, aumentando a precariedade nos contratos e desregulamentando os horários.

Para a Administração Pública Central, Regional e Local, está previsto o despedimento de 50 a 100 mil trabalhadores; uma nova redução do valor do trabalho extraordinário que cai para 1/4 do montante recebido em 2011; a antecipação em 2013 da idade de reforma para os 65 anos, pondo fim ilegalmente ao regime de transição e diminuindo o valor da pensão a atribuir; mantém o congelamento das subidas de posição remuneratória; mantém os cortes, de 3,5% a 10%, para os vencimentos acima de 1.500,00€; mantém a eliminação do subsídio de férias, total acima dos 1.100,00€ e parcial acima dos 600,00€; com a “devolução” do 13.º mês, pago em duodécimos.

Na verdade, o governo prepara-se para roubar mais que o valor deste subsídio,

através do IRS, aplicando uma sobretaxa de 4%, e reduzindo os escalões deste imposto de 8 para 5. Neste cenário, os trabalhadores da Administração Pública perderão mais que os dois subsídios.

A tudo isto há a clara intenção, por parte de Passos e Portas, de transferir para os privados, serviços essenciais como a Saúde, a Escola Pública e a Segurança Social, promovendo o negócio do grande capital e privando largas camadas da população destes serviços. Estamos de facto, perante um plano que pode provocar um retrocesso de décadas.

Os partidos da maioria, com medo da presença e do protesto dos trabalhadores, anteciparam a votação do OE (prevista inicialmente a partir das 15h00). Deste modo se vê, o que são estes governantes: uns autênticos cobardes!

Esta maioria tem os dias contados, mas temos que continuar o combate, pois está nas nossas mãos pôr fim à política de direita neoliberal da responsabilidade dos partidos do “arco do poder” PSD / CDS / PS, os tais que hipotecaram o futuro do nosso país e das nossas vidas quando assinaram o acordo de “assistência” com a troika. ■



Merkel em Portugal

Uma visita de tipo colonial?

No passado dia 12 de Novembro o nosso país foi visitado pela chanceler alemã, Ângela Merkel. A sua visita não podia passar despercebida, nem que fosse pelo brutal perímetro de segurança que se fez sentir em várias zonas da cidade de Lisboa, concretamente, em todas as zonas por onde passou e, obviamente, sempre acompanhada por um forte dispositivo policial.

Parece-nos evidente concluir, que o aparato policial constatado é proporcional à estima e carinho que os trabalhadores e o povo português sentem pela senhora do norte da Europa. Contudo, os nossos representantes legais, os mesmos que carecem de legitimidade política desde que quebraram as suas promessas eleitorais e seguiram um caminho completamente oposto, receberam a Sra. Merkel com honras e dedicatórias de quem é extremamente submisso às ordens do seu senhor, neste caso, da sua senhora.

Como um bom e atencioso serviçal, Passos Coelho afirmou posteriormente que a chanceler alemã percebeu o «bom ambiente político e social que se vive em Portugal» (!). Só nos resta questionar de que Portugal fala o Sr. primeiro-ministro! Seguramente, não será o nosso! Será porventura uma ideia concebida apenas mentalmente, sem correspondência real e palpável, mas que de certa forma (supomos), aconchega as suas noites e o seu sono, considerando as crescentes dificuldades que terá em descansar num país em que o seu povo já não o aceita.

Aliás, basta verificar os receios do Sr. primeiro-ministro sempre que comparece a uma qualquer cerimónia pública. Uma



preocupação que o tem obrigado a reforçar a sua segurança pessoal, ou, em alternativa, optar por cerimónias confinadas a quatro paredes.

Facilmente se percebe o profundo descontentamento do povo e dos trabalhadores portugueses! Foi com este sentimento, que a CGTP-IN convocou uma ação de protesto pela presença da líder alemã, promotora da mesma política que conduzirá inevitavelmente Passos e Portas ao olho da rua.

Afirmar a soberania nacional, desconstruir os falsos patriotas que hoje se sentam nas cadeiras do governo e que têm vendido ao desbarato o nosso país, foram apenas alguns dos objetivos deste protesto. Do Largo do Camões à Assembleia da República, muitas centenas de delegados, dirigentes e ativistas sindicais da maior força social do país, recusaram a política e subserviência demonstrada por gente sem escrúpulos que se escondem

sob a capa de um PSD, CDS ou PS.

A visita colonial da Merkel teve a resposta de quem não se rende, de quem não se vende e de quem não desiste de lutar pelos verdadeiros interesses nacionais que passam, impreterivelmente, pela defesa dos direitos e aspirações do povo e dos trabalhadores portugueses.

Merkel só não ficou para ver a grandiosa Greve Geral dois dias depois, se não chegaria à conclusão que o Sr. Ministro de Portugal mentiu-lhe descaradamente quando afirmou “que por aqui, corre tudo bem!” As mentiras dos membros do governo não nos surpreende considerando os comportamentos e episódios dos últimos 18 meses, contudo, não ficamos indiferentes à falta de vergonha em o fazer de forma rotineira e constante!

Em contraponto, poderão sempre contar com a dignidade e a honestidade da nossa luta! A verdade e a razão estão do nosso lado! ■

A nova mania dos “IGNITE'S” na CML

A Câmara Municipal de Lisboa tem vindo a realizar a iniciativa “IGNITE” para obter, por parte dos seus trabalhadores, ideias para melhorar o funcionamento da Câmara Municipal. À primeira vista, a iniciativa é louvável. No entanto, parece-nos redutora se levarmos em linha de conta que diariamente há ideias e projetos que os trabalhadores apresentam e vêm relegadas para uma gigantesca gaveta.

Se lhe querem chamar “IGNITE”, a CML devia implementar um sistema de recolha diária de ideias e não calar que quer fazer mais e melhor cidade, até porque, muitas vezes são os trabalhadores a primeira cara do município. Ainda assim, há muitos trabalhadores que vão a estas iniciativas que até têm um caráter festivo e apresentam os seus anseios.

Para o STML, a Câmara Municipal de Lisboa apresenta várias lacunas. Uma que poderia ser “ignitada” é o Refeitório do Campo Grande. Será que os relógios de ponto biométricos têm um custo muito inferior à instalação de um refeitório neste local de trabalho? Outra “ignitada” é a formação dos trabalhadores. Aí, tem sido o STML a dar o exemplo e assim continua a dar prioridade à valorização pessoal e profissional dos seus sócios que

vêm uma resposta muito reduzida por parte da CML.

Para continuar a ser formador, o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa candidatou-se ao Programa 9.3.4.- Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local, para os anos 2012/2013, do Programa Operacional Potencial Humano (POPH), tendo visto há pouco tempo aprovada a sua candidatura.

Desta forma, vamos avançar com a realização de ações de formação profissional a ser ministrada na nossa Sala de Formação no Edifício do Campo Grande (piso 0) e provavelmente noutra local, porque esta é insuficiente, mas apenas para os associados do STML, por imposição da própria candidatura.

Relembramos que, conforme a legislação, os trabalhadores têm direito à Auto-Formação conforme está previsto nos Decretos-Lei 50/98 e 174/2001. As carreiras de Técnico Superior tem um crédito de 100 horas e as restantes carreiras 70 horas.

Este é só mais um motivo para estares sindicalizado e interventivo diariamente.

Não esperes pelo próximo Ignite, começa já hoje! Visita o nosso site: www.stml.pt. ■

7.ª Conferência Nacional da Interjovem/CGTP-IN

Por motivo da realização da Greve Geral, do passado dia 14 de novembro, a 7.ª Conferência Nacional da Interjovem/CGTP-IN teve de ser adiada para uma nova data. Neste sentido, ficou definida para o dia 2 de fevereiro de 2013, mantendo-se a sua realização na casa sindical do Porto.

Este adiamento compreende-se pela proximidade temporal com a data da greve Geral, já que os delegados à conferência estiveram fortemente empenhados na mobilização dos jovens trabalhadores, realizando pelos dias que antecederam a Greve Geral milhares de plenários e contactos nos vários locais de trabalho por todo o país, contribuindo para o êxito que a luta em causa teve.

Assim, a Direcção Nacional mantém-se em funções até à realização da conferência. E no seguimento do trabalho que tem sido desenvolvido, a Interjovem/CGTP-IN emitiu uma tomada de posição em relação às medidas do Orçamento do Estado que contribuam para a perpetuação da precariedade no nosso país.

A aplicação destas medidas permitem que os falsos recibos verdes coexistam com contratos a prazo ilegais e com a falta de fiscalização e de meios da Autoridade para as Condições de Trabalho.

A larga maioria dos que hoje traba-



lham com um recibo verde cumprem um horário, têm de prestar contas do seu trabalho, muitas vezes por relatório escrito, ao seu superior, tendo um local fixo para o desenvolvimento da sua actividade. Com o agravamento de impostos sobre as pequenas e médias empresas, principais criadoras de emprego dentro do nosso tecido empresarial, a pressão para recorrer a este vínculo, despedindo até trabalhadores contratados, é uma realidade e um perigo.

Com este Orçamento, não só exis-

tirão mais trabalhadores com este tipo de vínculo, como o que estes pagam sobre a totalidade dos seus rendimentos (IRS) passará para os 80%.

Estes trabalhadores são necessários todos os dias nas suas empresas e locais de trabalho. Pela acção sindical, pela resistência e denúncia sistemática de casos de precariedade vamos continuar a lutar, com os jovens trabalhadores, dando-lhes a confiança necessária de que é possível debelar por completo este flagelo da nossa sociedade. ■

XXI Encontro de cicloturismo da USL

Realizou-se, no passado dia 5 de outubro, mais um encontro de cicloturismo promovido pela USL/CGTP-IN.

Este ano o encontro contou com a participação de 263 cicloturistas, que percorreram o trajeto definido pela organização, e que teve como local de partida e de chegada a Reitoria da Cidade Universitária, num percurso que chegou até Alverca.

O encontro decorreu de forma positiva, com um espírito de amizade e grande solidariedade, digno de registo entre os participantes.

A lamentar regista-se a queda de um participante, já na parte final do percurso, que teve de ser conduzido ao hospital e

ao qual se expressa aqui o desejo de rápidas melhoras.

Para o ano, seremos mais em duas rodas certamente! ■



OE 2013: O caminho para o desastre

A aprovação da proposta de Orçamento do Estado (OE) para 2013 pela direita põe a nu, de uma vez por todas, o plano de destruição do País pelo grande capital nacional e transnacional. O governo fantoche do PSD/CDS respondeu às demandas da trioka FMI/BCE/ UE num ato de traição sem precedentes ao povo português. O objetivo é claríssimo: o País tem de afundar para se tornar cada vez mais vulnerável e dependente do exterior e o valor do fator trabalho nas relações de produção deve ser cada vez mais baixo. Ganham os grandes grupos económicos, perdem os portugueses.

Na verdade, este documento inscreve no futuro dos portugueses uma autêntica catástrofe. Não só contém um saque fiscal brutal aos trabalhadores, como promete agravar todos os graves problemas que conduziram Portugal a esta situação. Senão, vejamos: os 5,3 mil milhões de euros que o governo quer arrecadar provêm de medidas de austeridade, o que significa que **81% da redução do défice é feito com mais receitas de impostos, nomeadamente à custa das famílias por via do IRS**. Os salários e as pensões signifi-

cam cerca de 70% deste esforço e isso patrocinará mais uma vaga de desemprego como pode ser explicado num qualquer manual de economia. No mínimo, o desemprego aumentará 16,4%, o que significa que mais de 80 mil pessoas vão perder o seu posto de trabalho em 2013, de acordo com os números pouco confiáveis do Governo - assustadoramente, a cifra será, com certeza, maior.

O tal adicional de 5,3 mil milhões de euros adicionais vem das mexidas no IRS (de 8 para 5 escalões) e da própria subida do imposto (3.884,7 M€), da receita adicional no IRS por reposição de um subsídio na Função Pública (282,5 M€), do corte nas pensões (420,7 M€), de mudanças na Caixa Geral de Aposentações (143 M€), do cortes nas prestações sociais como subsídio de desemprego (612,2 M€), da retirada de apoios sociais em espécie para os mais carenciados (180,9 M€), em medicamentos e outras despesas do setor da saúde (146 M€), dos despedimentos de cerca de 30 mil trabalhadores, ou seja, 50% dos precários do Estado (730 M€) e de adicionais no IRS (373 M€). Isto, se a barbárie da "refundação" do Estado que o

patético Passos Coelho anunciou não acelerar cenários ainda mais tenebrosos.

Façamos agora o contraponto inscrito no mesmo OE que conduzirá milhões de portugueses à rutura total. Em 2013, o Estado prepara-se para gastar mais 4,8% em juros da dívida do que em 2012 (7,2 mil M€), o que significa 4,4% de toda a riqueza produzida em Portugal, ou perto daquilo que está orçamentado para todo o Ministério da Saúde. Para a banca (e repare-se a absurdidade) este Governo consigna uma verba de 7,5 mil M€, o que significa que a banca arrecadará o dobro do adicional em IRS que retiram às famílias.

Se tudo isto não é uma afronta aos trabalhadores e ao povo português perguntamos o que será. O OE para 2013 reforçou o imperativo nacional de acabar com este Governo antes que ele acabe de vez com todos nós. Impõe-se rasgar o memorando assassino que a direita (PSD/PS/CDS) impôs ao País e construir, por fim, uma solução de esquerda para Portugal. O futuro tem pois de voltar a estar nas nossas mãos, e não nos mandos e desmandos do FMI & Cia. ■

Reacionarismo saiu do armário!

Por vezes, e apesar dos tiques do passado que reconhecemos num ou outro personagem que vai surgindo na política ou na sociedade portuguesa - a palavra "salazarento" voltou mesmo ao Parlamento com acerto durante a discussão do Orçamento do Estado -, estamos longe de sentir tão de perto o cheiro bafiento de tempos que queremos mesmo idos. É um facto que a conjuntura política portuguesa está bem propícia ao avivar desses bafos tenebrosos que lembram a longa noite do fascismo. Há roupagens difeentes é certo, mas quando se abre uma brecha, eis que sobe à tona o lodaçal do passado que ainda subsiste quase quatro décadas depois da Revolução de Abril.

As declarações recentes do cardeal patriarca de Lisboa, José Policarpo, vêm precisamente nesse sentido. Se por um lado este alto membro da Igreja Católica fez a apologia do malfadado Cardeal Cerejeira, espécie de iminência parda de Salazar e importante obreiro ideológico do regime fascista português, por outro decidiu falar em nome da "democracia" e dos "valores da Constituição" para considerar que "as manifestações contra as políticas de austeridade são uma corrosão da harmonia democrática".

Manifestamente, José Policarpo deve ter confundido a Constituição fundadora do

regime em que vive, e que refletiu Abril, com aquela que parece temer já não viver, a de 1933, traçada por Salazar. Mas, o cardeal não se ficou por aí, e no mais básico reacionarismo católico veio apelar ao receituário de Passos e de Portas: o da inevitabilidade de "um único caminho". Como não podia deixar de ser, do alto do seu catolicismo, rematou: *"acredito que os sacrifícios que o país está a fazer vão ter resultados positivos e todos gostaríamos que os mais desfavorecidos fossem mais protegidos nesse caminho, mas às vezes só há mesmo um caminho"*. Ou seja, se o "único" ca-

minho tiver que aniquilar, trucidar ou sacrificar alguns dos seus semelhantes, que assim seja. Será por ventura a vontade divina.

Com o reacionarismo católico a sair do armário pela voz do mais alto representante da igreja em Portugal, fica dado o alerta. Tempos difíceis são terra firme para regressos. Quanto a nós, trabalhadores, vítimas desse "único caminho", havemos de continuar a lutar, manifestando-nos as vezes que forem necessárias para que os sentidos únicos dos Policarpós deste mundo voltem para o lugar onde pertencem, ou seja, à sepultura da história. ■





Uma coisa é eliminar o desperdício outra bem diferente é destruir as funções sociais do Estado

Quem se dê ao trabalho de analisar de uma forma objetiva o conteúdo da informação sobre o OE-2013 veiculada pelos grandes média e, nomeadamente, pelos comentadores habituais que têm acesso privilegiado a eles, conclui rapidamente que, pelo menos, **três técnicas clássicas de manipulação da opinião pública** são utilizadas intensamente.

A **primeira técnica** de manipulação mais usada pelos média, é a utilização daquilo que se designa por “palavras-veneno”, que são palavras que, quando usadas, provocam, no leitor, um reflexo condicionado de tipo pavloviano negativo.

Isto vem a propósito da utilização maciça da palavra “despesa” quer pelo governo, quer ainda pelos defensores do governo nos média, como toda a despesa fosse má, incluindo a despesa com a saúde, a educação, as prestações sociais e pensões de reforma dos portugueses.

A **segunda técnica** clássica de manipulação da opinião pública também usada é a que foi utilizada recentemente por Marques Mendes no seu comentário habitual na TVI 24, o chamado “*argumento de autoridade*”. Para este defensor do governo, um plano adicional (a juntar ao que já consta do OE-2013) de cortes brutais de 4.000 milhões €, sendo 3.500 milhões € na educação, saúde e segurança social seria credível se fosse elaborado pelo FMI e BCE porque estas entidades são credíveis naturalmente para ele, por o serem para os credores (FMI, U.E, bancos e fundos especulativos).

Finalmente, a **terceira técnica** de manipulação da opinião pública que está a ser utilizada maciçamente pelos grandes média

é a repetição (uma mentira repetida muitas vezes acaba por passar como verdadeira).

É o que acontece com a palavra “despesa pública” que é sinónimo, para estes senhores, de desperdício, gasto inútil e desnecessário. E isso é reforçado pelo facto de na selecção dos comentadores que falam sobre o OE-2013 existir a evidente preocupação de escolher apenas os que coincidem com a “*verdade oficial*” afastando as vozes discordantes, criando assim um falso *unanimismo*.

Tudo isto vem a propósito da manobra de diversão lançada por Passos Coelho (“refundação” do Memorando da “troika”), para esconder a destruição das funções sociais do Estado (o Estado Social) que já resulta do OE-2013.

A provar isto, está o facto de, se deduzirmos nas Despesas de Pessoal da Administração Central previstas na proposta de OE para 2013, o subsídio de Natal e o aumento das contribuições das entidades públicas para a CGA de 15% para 20% constante da proposta de lei, despesas estas que não existiam em 2012, obtém-se 10.962,8 milhões €, valor este inferior em 999,1 milhões € à despesa prevista no OE-2012.

Só a nível de remunerações certas e permanentes a redução é de 617,7 milhões €. É evidente que uma redução nas despesas de pessoal com tal dimensão não se consegue sem uma significativa redução do número de trabalhadores da Função Pública, pois não é alcançada apenas com as aposentações e as restrições ao recrutamento, onde o governo prevê “poupar” 330 milhões € em 2013.

Cálculos que fizemos com base nos dados da DGAEP sobre as remunerações na Função Pública concluímos que, só a nível da Administração Central, seria necessário uma redução de mais de 60.000 trabalhadores para conseguir aquela redução na despesa com pessoal.

A confirmar que está nas intenções do governo proceder a despedimentos maciços na Administração Pública em 2013 é o facto de que na proposta de Lei do OE-2013 são aditados mais três artigos ao Código Contributivo da Segurança Social - art.º 91-A, 91-B e 91-C - que criam o subsídio de desemprego para todos os trabalhadores da Função Pública, incluindo os abrangidos pelos artigos 10.º (que têm vínculo público) e 88.º da Lei 12-A/2008 (que tinham vínculo público).

Em apenas 3 anos (2011/2013), este governo e a “troika” estrangeira que o controla, impuseram cortes na despesa pública que atingem 13.972 milhões de euros, e aumentos de impostos que somam 9.032 milhões de euros, o que adicionados atingem 23.005 milhões de euros, ou seja, o correspondente a 13,7% do PIB, sendo 4.788 milhões de euros nas remunerações dos trabalhadores da Função Pública; 4.133 milhões de euros nas pensões e outras prestações sociais; e 1.694 milhões de euros nos serviços de saúde e educação públicas prestados à população. E como tudo isto não fosse suficiente pretendem cortar ainda mais 4.000 €.

Tudo isto contribui para agravar a recessão económica e o desemprego. E a pergunta que naturalmente se coloca é esta: Em benefício de quem são feitos todos estes sacrifícios?

Sem procurar dar uma resposta completa porque a paciência dos leitores não é elástica, acrescentamos apenas o seguinte para reflexão. **Em 3 anos, os contribuintes portugueses pagaram 21.680 milhões de euros de juros.** Se Portugal pagasse a taxa de juro que é cobrada pelo BCE quando concede empréstimos aos bancos, o nosso país pagaria apenas 4.340 milhões de euros, ou seja, menos 17.340,3 milhões de euros. Isto é, o BCE empresta à banca privada a uma taxa de 0,75% para esta depois especular com a dívida pública impondo pesados sacrifícios aos portugueses.

É por esta e outras razões semelhantes que a política do governo e da “troika” estão a conduzir Portugal para o abismo. Mas disto os média não falam!

Eugénio Rosa
economista da CGTP-IN ■

Assaltos no local de trabalho

Insegurança no trabalho intensificou-se e larápios já andam perto dos Paços do Concelho

Nos primeiros dias de setembro de 2012 alguns trabalhadores de serviços municipais, ao redor dos Paços do Concelho, viram os seus pertences pessoais (telemóveis, carteiras, documentos, etc.) serem “roubados” das suas secretárias, durante o horário de expediente (entretanto alargado com a implementação do regime de turnos).

A redução drástica de seguranças, afetos a empresas que prestavam serviço à Câmara Municipal de Lisboa, levaram a própria Câmara Municipal a afetar trabalhadores sem o mínimo de formação e meios para desempenhar funções de segurança em vários edifícios e serviços

municipais.

Tal situação tem motivado algumas queixas de trabalhadores que já foram roubados no local de trabalho, por certo, esta situação terá tendência para multiplicar-se, considerando os problemas sociais que infelizmente grassam no país e que se devem às políticas de direita que só espoliam quem trabalha.

Assim, para além do roubo nos salários perpetrado pelo Governo, os trabalhadores do Município estão também a ser roubados por larápios que visitam as suas secretárias e roubam os seus pertences. As medidas cegas da autarquia começam assim a ter resultados visíveis e bem desagradáveis para os seus trabalhadores que, por parte da Câmara de Lisboa, não ouvem uma única palavra a este respeito. Até quando? Será necessário mais que roubos?■



Dedo que não vê, olho que não sente...



A entrada em vigor do novo sistema de controlo de funcionários no Edifício Central do Município de Lisboa, no Campo Grande, está a revelar-se uma caixa de surpresas.

São vários os trabalhadores que laboram neste edifício que têm denunciado ao Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa várias dirctrizes de superiores hierárquicos que, a propósito desta onerosa instalação eletrónica, estão a amedrontar quem ali trabalha.

«O relógio é cego para quem trabalha tempo a mais»; «este sistema serve para despedir»; «vão começar os processos disciplinares», são alguns dos recados que estão a ser transmitidos aos trabalhadores.

Tendo em conta as ambiguidades que o sistema de controlo biométrico continua sem perceber, quando existem situações de protcção por parte de algumas chefias, é natural que os trabalhadores questionem estas sobre o tempo a mais que prestam com regularidade.

Para este Sindicato são inadmissíveis as ameaças perpetradas por superiores hierárquicos, cujo comportamento não motiva ninguém e demonstram uma enorme incapacidade de gerir e motivar grupos de trabalho e, quem se pica, cardos come. ■

Cresce o clamor e a resistência na Europa dos patrões

A Greve Geral de 14 de novembro em Portugal teve a ombreira Greves Gerais no vizinho Estado Espanhol e nas ilhas de Malta e Chipre. Outros países da União Europeia a braços com a intervenção da Troika, meio dia de greve em Itália, a greve da Federação Metalúrgica da Valónia, na Bélgica, greves na Grécia, manifestações na Irlanda, Grã-Bretanha, Alemanha, Polónia, República Checa, Eslovénia e Roménia.

A Confederação Europeia de Sindicatos realizou a 14 de novembro o *Dia Internacional de Ação e Solidariedade contra a Austeridade*. Uma decisão para o qual muito contribuiu a CGTP-IN e o Movimento Sindical português ao tomar a iniciativa de articular com as Confederações sindicais de Espanha uma Greve Ibérica.

Na verdade, se cada país tem uma história e contexto específico, a austeridade é uma ofensiva generalizada que ataca em cada um e em todos os países os trabalhadores, os aposentados e os jovens.

Foi, deste modo, com grande satisfação que verificámos a articulação dos movimentos sindicais nacionais e, mais importante ainda, a unidade de milhões de trabalhadores que, independentemente da sua nacionalidade, ergueram no dia 14 de novembro uma grande força de resistência e luta contra a visão neoliberal e as opções políticas de uma União Europeia que há muito deixou ser a “união dos povos da Europa”, solidária e progressista (se alguma o vez o foi).



Esta UE assumiu claramente a sua natureza ao serviço exclusivo dos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros, isto é, do grande capital, atacando simultaneamente, os interesses do mundo do trabalho, seja em Portugal, ou noutro país qualquer.

Neste sentido e face à Europa dos patrões, dos bancos e especuladores começa-se a desenhar uma Europa em luta pelos Direitos Laborais e Sociais.

Consciente de que a luta dos trabalhadores se faz, fundamentalmente no plano nacional, o STML não pode deixar de registar com apreço a convergência na ação que se verificou no dia 14 de novembro.

A nossa solidariedade pertence aos trabalhadores de todo o mundo que lutam por melhores condições de vida e de trabalho e por uma sociedade mais justa, solidária e humana. Sabemos também que podemos contar com a Solidariedade ativa dos trabalhadores de outros países para com a dura luta que travamos.

A luta continua seja em Portugal, em Espanha, na Grécia, na Irlanda, no Chipre ou em Malta, em França ou na Itália, na Bélgica ou em Inglaterra, ou, ainda, na Alemanha. ■

Protocolos do STML

- ISEC – Instituto Superior de Educação e Ciências
Para os nossos associados, cônjuges e descendentes em 1.º grau:
 - 10% de desconto nas propinas;
 - 12% de desconto na propina da licenciatura em Gestão Autárquica.
- ISLA – Instituto Superior de Línguas e Administração
- ISG – Instituto Superior de Gestão
- IPES – Instituto Português de Estudos Superiores
- IESC – Instituto de Estudos Superiores de Contabilidade
- Escola Superior de Educação João de Deus
- ISTEAC – Instituto Superior de Tecnologias Avançadas
- COFAC – Universidade Lusófona
 - Instituto Superior de Humanidade e Tecnologias de Lisboa
 - Instituto Superior Politécnico do Oeste

- Instituto Superior D. Dinis
- Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes
- Escola Superior de Educação Almeida Garrett
- Lancaster College
- Universidade Lusíada
- Universidade Autónoma
- Mundi Travel
- Teatro da Cornucópia
- Viaggiatore – Companhia de Lazer e Turismo
- Campiférias – Centro de Férias e Turismo
- Millenium BCP
- ENAL – Escola Nacional de Automobilismo
- Mind – Project – Psicologia, Psicoterapia e Medicina
- MACIF – Companhia de Seguros
- Aldeamento Turístico de Palmela ■